

## Hora do bom senso

Rogério L. Furquim Werneck\*

Saiu bem na foto, o Brasil que Lula tentou vender em Nova York. Um país que enfrenta a crise com reservas internacionais confortáveis, que pôde permitir depreciação substancial da taxa de câmbio, sem que isso implicasse perda de controle da inflação e do endividamento do setor público, e que, apesar de toda a avassaladora contração de crédito observada na economia mundial, mantém um sistema financeiro sólido e em funcionamento. Um país que, ainda por cima, tem um presidente empenhado em preservar a racionalidade da ação coletiva mundial, que vem insistindo na importância de se evitar, a todo custo, um retrocesso protecionista. Não é pouco. Seja quando se tem em mente o que vem ocorrendo nos próprios países desenvolvidos, seja quando se contrasta com o circo de horrores que vem prosperando em boa parte da vizinhança latino-americana.

A grande dúvida é em que medida o governo será capaz de assegurar que o Brasil ainda vai estar bem na foto daqui a um ano, quando Lula tiver de proferir discurso equivalente ao que fez no evento do Hotel Plaza, em Nova York, há poucos dias. Salta aos olhos que tal desafio se afigura mais árduo a cada dia.

A contenção da crise econômica mundial vêm enfrentando sérias dificuldades. A reconstrução dos sistemas financeiros dos Estados Unidos e da Europa permanece mal equacionada. A recorrência de situações críticas que pareciam resolvidas há alguns meses e o surgimento de novos e importantes focos de fragilidade não deixam qualquer dúvida a esse respeito. E, sem um equacionamento adequado dessa reconstrução, a condução da política macroeconômica nos países desenvolvidos permanece entravada e incapaz de assegurar resposta proporcional à forte contração de nível de atividade que vem tendo lugar no núcleo da economia mundial. O fundo do poço, portanto, ainda pode estar longe.

Com o agravamento do quadro externo, o espaço de manobra da condução da política econômica no País está fadado a ficar bem mais restrito do que já está. A divulgação dos dados do IBGE sobre o desempenho do PIB no último trimestre do ano passado foi o choque de realidade que faltava, para concentrar as mentes em Brasília e dar ao governo noção concreta da real magnitude do problema que terá de enfrentar. Dissiparam-se as últimas fantasias sobre a suposta imunidade da economia brasileira à crise. A travessia dos 21 meses de mandato que ainda restam ao presidente Lula vai exigir, portanto, alto grau de competência na gestão da política econômica. Já não há mais espaço para experimentos irrefletidos, idéias estapafúrdias e desperdício de recursos. Equívocos podem vir a ter custos proibitivos.

O quadro fiscal parece especialmente preocupante. Um governo que, nos últimos anos, se habituou a surfar no espetacular aumento de arrecadação, se vê agora, de repente, tendo de lidar com uma queda vertiginosa da receita tributária, quando ainda mantém gastos de custeio em festiva expansão. A contração do nível de atividade vem afetando de forma especialmente intensa grandes mananciais da arrecadação federal: bens de consumo duráveis, importações e lucros de empresas do setor real e de instituições financeiras.

O pior é que, em meio às dificuldades fiscais, proliferam propostas inoportunas e impensadas. Alega-se agora, por exemplo, que, com a queda da taxa de juros, as dívidas de Estados e municípios com a União terão de ser renegociadas. A presunção parece ser a de que, por direito sagrado, os governos subnacionais não podem jamais vir a pagar à União mais do que a SELIC, mesmo que, por anos e anos, tenham sido generosamente financiados pela União a taxas muito inferiores à SELIC e já agraciados, por essa via, com subsídios acumulados de mais de R\$ 100 bilhões. Só por completa falta de juízo, poderá o governo, a essa altura dos acontecimentos, ceder às pressões de governadores e prefeitos e se dispor a reabrir a caixa de Pandora, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para rediscutir no Congresso as condições que vem pautando o serviço da dívida de Estados e municípios com a União.

O mínimo que o governo terá de mostrar, na gestão do apertado quadro fiscal com que agora se defronta, é apego ao bom senso, o que possivelmente deverá exigir cuidado redobrado do Planalto com ideias que vem emanando do ministério da Fazenda.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.